

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVIII
VOLUME 26
(ABR-JUN)
2017
PP. 218-250.

EUCLIDES DA CUNHA: NEM CIENTISTA, NEM JORNALISTA, MAS LITERATO (AUTOR DA LÍNGUA)

Pedro Pedroza Cardoso

Mestrando em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR
agente.pedroza@gmail.com

RESUMO

Seguindo a linha teórica da Análise de Discurso da corrente francesa, observando, principalmente, os ensinamentos de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Freda Indursky, bem como a perspectiva dos estudos enunciativos tal como está teorizada em Jacqueline Authier-Revuz, este artigo trabalha a heterogeneidade e os atravessamentos no discurso de Euclides da Cunha em alguns recortes da obra “Um paraíso perdido – reunião de ensaios amazônicos”. Euclides vem para a Amazônia a serviço do governo brasileiro, chefiando a “Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus”, em dezembro de 1904 e aqui permaneceu até dezembro de 1905. Deixando de lado os relatórios técnicos que produziu para o Itamarati, o autor escreveu vários textos durante a sua estadia na Amazônia, textos esses cujos atravessamentos científicos e jornalísticos são o foco deste trabalho. Escolhemos alguns recortes dessa escrita (ensaios e cartas) que também nos permitirá entender o discurso do autor e a sua posição, observando aspectos como as ideologias a que ele estava filiado, bem como o pensamento teórico dominante e as condições históricas de produção do final do século XIX e início do século XX. Estudaremos também a noção de autoria (função-autor) e a formação do seu discurso.

Palavras-chave: Análise de Discurso; heterogeneidade; autoria, ideologia e condições.

ABSTRACT

Following the theoretical line of Discourse Analysis of the French current, mainly observing the teachings of Michel Pêcheux, Eni Orlandi and Freda Indursky, as well as the perspective of the enunciative studies as it is theorized in Jacqueline Authier-Revuz, this article works the heterogeneity and the crossings in the discourse of Euclides da Cunha in some cuts of the work "A lost paradise - meeting of Amazonian essays". Euclides comes to the Amazon in the service of the Brazilian government, leading the "Brazilian-Peruvian Mixed Commission of High Purus Recognition" in December 1904 and remained here until December 1905. Leaving aside the technical reports he produced for Itamarati, the author wrote several texts during his stay in the Amazon, texts whose scientific and journalistic crossings are the focus of this work. We have chosen a few cuts of this writing (essays and letters) that will also allow us to understand the author's discourse and his position, observing aspects such as the ideologies to which he was affiliated, as well as the dominant theoretical thinking and the historical conditions of production of the end of the 19th century and early 20th century. We will also study the notion of authorship (function-author) and the formation of his discourse.

Keywords: Discourse Analysis; heterogeneity; authorship, ideology and production conditions.

Introdução

Neste Artigo, trabalharemos o olhar e o discurso de Euclides da Cunha sobre a Amazônia do início do século XX, que podem ser observados nos escritos produzidos em sua viagem de cerca de um ano pelas florestas e rios amazônicos. Entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905, a serviço do governo Brasileiro, chefiando a Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, o autor entrou em contato com vários aspectos sociais da região, dando especial ênfase aos seringueiros e à forma como eles eram tratados nos seringais. O testemunho deste “tratamento desumano” fez com que ele escrevesse alguns textos sobre o assunto, fato esse que nos fez pensar acerca da posição ocupada por Euclides ao observar esse conflito de classes e interesses antagônicos – o seringalista e o seringueiro. Qual a posição do sujeito-autor? Humanitária? Sociológica?

Por estarmos cursando um mestrado em história e estudos culturais, que tem por natureza a interdisciplinaridade,

tentaremos responder as perguntas do parágrafo anterior, bem como outras que surgirão, tendo como luz a teoria da Análise de Discurso da linha francesa, com atenção, principalmente, em Michel Pêcheux e Eni Orlandi, teoria essa que nos foi apresentada durante o mestrado e que nos levou à compreensão do nosso problema.

O *corpus* dessa nossa pesquisa são alguns recortes retirados dos ensaios, cartas e outros escritos de Euclides da Cunha que foram reunidos postumamente no livro **Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos**, no ano de 2000, para a Coleção Brasil 500 anos. É salutar observarmos que na obra em questão há, também, ensaios de outros autores que escreveram sobre a vida e obra de Euclides da Cunha. Contudo, deste conjunto de produções, tomaremos, especificamente, para análise, apenas os recortes retirados dos escritos de Euclides, textos estes que estão divididos em três partes: **Amazônia: terra sem história; O Rio Purus e outros estudos e Cartas da Amazônia.**

Levaremos em consideração, no estudo dos recortes escolhidos, que os discursos de Euclides, explícitos ou silenciados, assim como quaisquer outros discursos, são heterogêneos. Para a teoria da Análise de Discurso não há homogeneidade nos textos¹, embora, empiricamente falando, o autor acredite que a sua produção seja homogênea. Assim, através desta teoria, levando ainda em consideração as condições históricas de produção da obra em análise, poderemos compreender a posição sujeito-autor (função-autor) e a formulação do seu discurso sobre a Floresta Amazônica e seus habitantes, bem como responder a questionamentos como: que sujeito é este que escreveu sobre o homem da floresta? Qual era o pensamento teórico dominante do início do século XX?

Outra questão importante para este trabalho é problematizar e desenvolver uma compreensão acerca da autoria, uma vez que esta noção não é tão evidente quanto parece, devido ao seu complexo entendimento. Desta forma,

traremos a compreensão desta noção tal qual foi desenvolvida pela Análise de Discurso.

Devido a sua formulação considerada neorrealista, onde expõe a realidade social brasileira, bem como os regionalismos e a marginalidade dos seus personagens, Euclides é considerado, segundo o discurso dos livros didáticos, um importante escritor Pré-Modernista nacional, pois ele fez uma Literatura inserida no momento em que era produzida, imprimindo em seus textos uma realidade quase que jornalística, descrevendo com muita precisão lugares que visitou, como o Nordeste brasileiro e a Floresta Amazônica (ABAURRE, FADEL, e PONTARA, 2003, p. 99). Entretanto, sabemos que estas questões não são totalmente claras, pois trata-se de um período de difícil definição, e faz parte do nosso objeto de estudo a compreensão desse discurso. De que posição que este sujeito fala? Quais atravessamentos estão presentes em seu discurso?

Sabemos que Euclides da Cunha era formado em Engenharia Militar e Bacharel em Matemática e Ciências

Físicas e Naturais, além de ter trabalhado diversas vezes como jornalista, principalmente para o jornal O Estado de São Paulo. Assim, observando sua formação acadêmica e gosto pelo jornalismo, podemos compreender os atravessamentos presentes em seu discurso. Contudo, são esses atravessamentos suficientes para classificarmos a sua escrita como jornalística ou científica? Essa é outra questão que trabalharemos na nossa pesquisa, pois a presença do outro é constitutiva do processo criativo e tentaremos mostrar como essas outras vozes se atravessam no discurso do autor.

2 O Brasil do final do século XIX e início do século XX

Euclides da Cunha (1866 a 1909) viveu o período da segunda metade do século XIX e início do século XX, uma época em que o Brasil passou por diversas mudanças fundamentais nos campos políticos, sociais e na forma de ver e entender a nova realidade. Trata-se de um intervalo de tempo historicamente indistinto para a literatura, onde muitas áreas

do conhecimento científico se fundiam a ela, como o jornalismo, a história, etc.

Nesse período, tivemos mudanças na forma de governo e uma nova Constituição, bem como o início da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. As fazendas de café e outras lavouras brasileiras modernizaram-se e as cidades cresceram e nelas as primeiras indústrias se instalaram, principalmente entre 1850 e 1860, que foi quando ocorreu uma espécie de surto industrial no Brasil, pois foram inauguradas várias fábricas que produziam chapéus, sabão, tecidos e cerveja, artigos que até então eram exportados do exterior. Foram também fundados bancos, companhias de navegação e de seguro e estradas de ferro, assim como empresas de mineração, transporte urbano, gás, etc. (ALENCAR, 1996).

Esta industrialização proporcionou que províncias como São Paulo e Rio de Janeiro se tornassem polos de atração para trabalhadores rurais que, encurralados pelo latifúndio, se deslocaram para a cidade à procura de empregos nas fábricas. Contudo, as condições de trabalho para os

operários eram bastante precárias, surgindo assim, neste período, as primeiras grandes greves. Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, a jornada de trabalho podia chegar a 16 horas e a mão-de-obra infantil e feminina era usada de maneira indiscriminada, não havendo nenhuma regulamentação salarial (ALENCAR, 1996).

A gradual modernização do país, que transformaria a sociedade rural em uma sociedade urbana industrial, favoreceu o aparecimento da classe média brasileira e uma incipiente luta de classes. Sobre esse momento, podemos utilizar a definição de formação social de Althusser (1992), que teorizou sobre práticas vinculadas à luta de classes, onde toda formação social resulta de um modo de produção dominante e, para existir, deve, ao mesmo tempo que produz, reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes.

Agora, voltando nossos olhos para a História e para a produção literária, sabemos que o pensamento científico desse período está intrinsecamente relacionado à afirmação de uma sociedade burguesa e capitalista, onde a ciência histórica se

afirma como razão de Estado vinculada aos interesses políticos. A força política, segundo Ribeiro (2005, p. 44), passa da transcendência para a imanência, surgindo o nacionalismo, que é utilizado pelos governantes para despertarem no povo um sentimento de pertencimento.

Averiguamos que este é um dos motivos de percebermos nos textos de Euclides da Cunha toques de nacionalismo, certa busca por uma identidade nacional, um herói nacional. Notamos ainda que a erudição e o discurso racional são sintomas da busca por essa identidade nacional, que tem necessidade da verdade e da afirmação de que o que foi produzido é conhecimento científico. Inconscientemente, os discursos dos autores desse período acabaram por fortalecer o Estado, onde, segundo Ribeiro (2005, p.45), os governantes, em seu dirigismo cultural, disponibilizaram uma grande massa de documentos para o historiador com a finalidade de estimular a organização da pesquisa voltada à erudição moderna, objetivando aprofundar o estudo da história nacional.

Este foi o ambiente em que as obras de Euclides da Cunha foram criadas. Inseridas no modelo capitalista de produção e dos princípios burgueses de sociedade da liberdade e felicidade. A cultura intelectual passa a ser o conceito utilizado para definir cultura e o conhecimento científico é influenciado pelas estruturas sociais resultantes. O conceito de civilização foi idealizado através das concepções de progresso, tendo no etnocentrismo o suporte ideológico para o novo colonialismo.

3 As filiações teóricas de Euclides da Cunha

Os nossos estudos acerca do discurso de Euclides da Cunha baseiam-se em alguns recortes da obra “**Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos**”, tendo em vista que a escolha destes recortes já constitui efeitos de sentido da teoria a que esta pesquisa está inscrita. Nossos recortes não foram escolhidos de forma arbitrária, pessoal ou aleatória, mas

sim com base nesta teoria, cujos preceitos nos guiarão no decorrer deste trabalho.

Todo discurso é constituído por condições de produção, que podem ser brevemente definidas, observando a conceituação de Eni Orlandi (2015, p. 28 e 29) que afirma que em sentido estrito, é o contexto imediato; e, em sentido amplo, inclui-se também o contexto sócio-histórico e ideológico, conforme já dissemos no início deste trabalho. Essas condições de produção funcionam observando alguns fatores, sendo um deles a relação de sentidos, onde um discurso estará sempre relacionado a outro. “Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2015, p. 37). Assim, voltando para o nosso objeto de estudo, buscaremos descobrir em quais formações discursivas está inscrito o discurso de Euclides da Cunha, bem como quais foram as condições de produção desse discurso e a qual(is) teoria(s) ele está filiado.

Na segunda metade do século XIX, Henry Morgan publica o livro “Ancient Society”, surgindo então a corrente de

pensamento denominada Evolucionismo Vitoriano. Este autor defendia que as sociedades se desenvolvem passando por três diferentes estágios evolutivos - selvageria, barbárie e civilização. Desta forma, segundo esta linha de pesquisa, há povos mais “evoluídos” do que outros. Averiguamos que Euclides da Cunha adotou o viés evolucionista como seu referencial teórico, uma vez que sua obra está claramente determinada por esta doutrina, como podemos observar nos dois recortes abaixo, onde o autor usa termos comuns ao Evolucionismo Vitoriano, como: **primitivo** e **bárbaro**:

Advirtamos desde já que alguns desses sítios são verdadeiros povoados, onde se distinguem sólidas construções, certo desgraciosas, mas amplas e cômodas, contrastando bastante com as **primitivas** barracas de *paxiúba* e *ubuçu*. (CUNHA, 2000, p. 308, grifo meu).

Sobre tudo isto, a ameaça dos *infielos*. Duas horas antes de alcançarmos aquele ponto, tínhamos visto, atirado no barranco esquerdo do rio, num claro, entre as frecheiras, o cadáver de uma mulher, uma amauaca. Fora, ao que colhemos depois, trucidada pelos **bárbaros**, que rondavam por perto numa ameaça permanente e surda. (CUNHA, 2000, p. 330, grifo meu).

Escolhemos estes recortes acima, uma vez que nos deparamos com terminologias (primitivo, bárbaro, selvagem) oriundas do evolucionismo vitoriano. Estes preceitos foram muito criticados, principalmente pela antropologia norte-americana (na figura de Boas), devido ao conceito de etnocentrismo presente nela.

O posicionamento de Franz Boas, em seu texto sobre “as limitações do método comparativo” de 1896, é crítico à tese de que haveria uma origem comum da cultura humana dando ênfase na variação dos traços culturais e suas especificidades em cada sociedade. Desta perspectiva, a antropologia teria como problema a investigação do processo de difusão destes traços culturais via empréstimos, trocas ou surgimentos destes traçosⁱⁱ.

Para Boas, haveria várias histórias e o conceito de cultura assumiria a forma plural, pois, tratava-se da história de cada cultura e não da História da Cultura, como proposta pelos evolucionistas, cujo maior problema era a desconsideração dos contextos geográficos e históricos durante a análise dos dados.

Continuando acerca da filiação teórica de Euclides da Cunha, podemos citar o pensamento determinista, também conhecido como darwinismo social ou teoria das raças, que afirmava que as características adquiridas não eram transmitidas e que o mundo dividido culturalmente era consequência da divisão de raças, e que havia uma raça superior. Schwarcz (1993, p. 56) cita quatro autores para ilustrar o pensamento determinista: Para Le Bom, o “gênero” humano compreendia espécies de diferentes origens; para Taine, que todo indivíduo é resultante direto do seu grupo construtor e que raça e nação são sinônimos; já para Renase, haveria a existência e hierarquização de três raças e, para finalizar, Gobineau, que concluiu que o resultado da mistura das raças era sempre um dano. Trataremos a seguir sobre os determinismos biológico e ambiental, que saltaram aos nossos olhos durante a leitura dos textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia.

O determinismo Biológico - trata-se, segundo Richard C. Lewontin (2000), do pensamento segundo o qual os

indivíduos seriam distinguidos em suas habilidades fundamentais por causa das diferenças biologicamente herdadas. Assim a natureza humana (biológica) seria suficiente para garantir a formação de uma sociedade hierarquizada.

Maria Tereza Citeli (2001) define o Determinismo Biológico como sendo o conjunto de teorias onde a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades deriva de limites ou privilégios inscritos na constituição biológica.

Renato Ortiz (1982) faz algumas reflexões em torno da relação entre a questão racial e a identidade brasileira. Ele Toma como objeto de estudo alguns autores, como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e o próprio Euclides da Cunha. O principal dilema desses autores foi compreender a defasagem entre teoria e realidade da Evolução Histórica dos Povos. Este pensamento brasileiro da época encontra tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça. A história é apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações inseguras da

elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra e o nervosismo e sexualidade desenfreada do mulato.

O Determinismo Biológico é claramente observável em Euclides da Cunha, uma vez que ele transparece em seu discurso em relação à compreensão das sociedades segundo os ditames desta teoria. Para Euclides, as raças humanas não são iguais e a miscigenação é um fator negativo para a sociabilidade. Ele se refere aos habitantes da Amazônia como sendo **bêbados, lascivos, ladrões e sem escrúpulos**. Assim, deixando evidente o seu etnocentrismo ao ver no homem branco europeu/americano como o modelo a ser seguido, racial e intelectualmente, como podemos verificar nas sequências abaixo:

Relatório feito em 1752 por outro insigne governador, o Capitão-general Furtado de Mendonça, que a “**capitania estava reduzida à última ruína...**” Assim se desconchavavam os pareceres, agitando idênticos desânimos. Ou então se harmonizavam de modo impressionador no firmarem a mesma **decadência das gentes singulares**. Em 1762 o bispo do Grão-Pará, aquele extraordinário Fr. João de São José – seráfico voltairiano que tinha no estilo os lampejos da pena de Antônio Vieira – depois de resenhar os

homens e as cousas, “assentando que **a raiz dos vícios da terra é a preguiça**”, resumiu os traços característicos dos habitantes, deste modo desalentador: – “**lascívia, bebedice e furto**”. Passam-se cem anos justos. Procura-se saber se tudo aquilo melhorou; abrem-se as páginas austeras de Russell Wallace, e vê-se que alguma vez elas parecem traduzir, ao pé da letra, os dizeres do arguto beneditino, porque a sociedade indisciplinada passa adiante das vistas surpreendidas do sábio – *drinking, gambling and lying* – **bebendo, dançando, zombando** – na mesma dolorosíssima inconsciência da vida (...) Assim, essa **indiferença pecaminosa dos atributos superiores**, esse **sistemático renunciar de escrúpulos** e esse **coração leve para o erro** são seculares, e surgem de um doloroso tirocínio histórico, que vem da Casa do Paricá à barraca dos seringueiros. (CUNHA, 2000, p. 125, grifos meus).

As Escolas de Medicina Colonial da Inglaterra e da França revelam-nos, pelos simples títulos, os resguardados com que se rodeia sempre o transplante dos povos para os novos *habitats*. Há esta **linha de nobreza no moderno imperialismo expansionista** capaz de absolver-lhe os máximos atentados: os **brilhantes gerais** transmudam-se em batedores anônimos dos médicos e dos engenheiros: as maiores batalhas fazem-se-lhe simples reconhecimento da campanha ulterior, contra o clima; e o **domínio das raças incompetentes** é o começo da **redenção dos territórios**, num giro magnífico que do Tonquim à Índia, ao Egito, à Tunísia, ao Sudão, à ilha de Cuba e às Filipinas, vai generalizando em todos os meridianos a **empresa maravilhosa do saneamento da terra**. (CUNHA, 2000, p. 147, grifos meus).

Observando os recortes acima, podemos perceber que essa teoria estava alinhada aos objetivos expansionistas europeus, ideal este o qual Euclides da Cunha era defensor. Difundiu-se que a perfectabilidade de uma raça era devida à sua pureza determinada pelas Leis Naturais e era a partir desta pureza que o desenvolvimento de sua sociedade estava garantido, bem como a sua superioridade. A Europa difundiu por todo o globo que ela compunha um grupo humano puro, livre de miscigenação e que, por isso, estava legitimada a “civilizar” os demais grupos, tratando a colonização como um “fardo” do homem branco.

O Determinismo Ambiental/Geográfico – trata-se de outra teoria também muito presente nos escritos de Euclides da Cunha. Esta linha de pensamento, que tem como um de seus principais teóricos o pensador alemão Friedrich Ratzel, vê o homem partindo do ponto de vista biológico e que, por este motivo, não poderia ser estudado fora das relações de causa e efeito que determinam as condições naturais de vida no meio ambiente. “O homem seria produto do meio em que vive”.

Assim, as condições deste meio é que determinam a sua vida em sociedade (DE SOUZA, 2014). Segundo a perspectiva de Renato Ortiz (1982), para Euclides, a natureza subjuga o homem e a cultura européia tem dificuldades de se enraizar aqui no Brasil, o que determina o estágio ainda bárbaro em que permanece o conjunto da população brasileira, no caso do nosso objeto de estudo, a população amazônica.

Em vários trechos da obra, Euclides deixa claro como a floresta amazônica é um ambiente impróprio para a existência humana (homem branco), chegando a se tornar uma adversária praticamente insuperável, contudo o silêncio do autor acerca da perfeita adaptação do indígena à floresta não está evidente em seu texto. Segue abaixo um recorte acerca do Determinismo Ambiental/Geográfico na obra em questão:

Depois há o incoercível da fatalidade física. **Aquela natureza** soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, **é uma adversária do homem**. (...) Um médico italiano – belíssimo talento – o Dr. Luigi Buscalione, que por ali andou há pouco tempo, caracterizou as duas primeiras fases da **influência climática – sobre o forasteiro** – a princípio sob a forma de uma **superexcitação das funções**

psíquicas e sensuais, acompanhada, depois, de um **lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres...** (CUNHA, 2000, p. 125 e 126, grifos meus).

A crença de que as condições ambientais determinavam os processos históricos em larga escala era muito bem aceita entre teóricos contemporâneos de Euclides da Cunha. Até mesmo Karl Marx com essa teoria, ao afirmar que o capitalismo surgiu na Europa por causa das condições edáficas do continente, conforme a seguinte passagem:

Uma natureza pródiga demais “retém o homem pela mão como uma criança sob tutela”; ela o impede de se desenvolver ao não fazer com que seu desenvolvimento seja uma necessidade de natureza. A pátria do capital não se encontra sob o clima dos trópicos, em meio a uma vegetação luxuriante, mas na zona temperada. Não é a diversidade absoluta do solo, mas, sobretudo a diversidade de suas qualidades químicas, de sua composição geológica, de sua configuração física, e a variedade de seus produtos naturais que formam a base natural da divisão social do trabalho e que excitam o homem, em razão das condições multiformes ao meio em que se encontra situado, a multiplicar suas necessidades, suas faculdades, seus meios e modos de trabalho (MARX, 1994, p. 1006).

A intrincada relação entre o homem e o meio físico brasileiro, no caso do nosso objeto de estudo, a Amazônia, é vista por Euclides da Cunha com intuito de identificar, nestes elementos físicos e climáticos do nosso território, as bases da formação da sociedade brasileira. A floresta amazônica, por exemplo, era para o autor um ambiente complexo, pois teria tanto elementos adversos como favoráveis à adaptação do homem. Para o autor, a seleção natural em um meio tão “adverso” prejudicaria o desenvolvimento intelectual do homem e favoreceria o progresso dos instintos, já que a adaptação a tal ambiente teria como exigência “a máxima energia orgânica, a mínima energia moral” (CUNHA, 2009, p. 69).

Para finalizarmos nossa análise acerca da filiação teórica de Euclides da Cunha, discorreremos sobre sua filiação ao positivismo. Esta teoria também influenciou os trabalhos do autor, onde fica claro que, para ele, a ciência é o estágio mais alto do pensamento humano. Tendo Auguste Comte como um dos seus principais teóricos, o positivismo defende a ideia de

que é apenas através do conhecimento científico que se pode chegar ao conhecimento verdadeiro, ou seja, somente seria possível afirmar que uma teoria é correta se ela fosse comprovada através da metodologia científica, desconsiderando, assim, os conhecimentos populares como crenças e superstições (COMTE, 1978). O lema positivista “a ordem por base, o amor por princípio, o progresso por fim” (COMTE, apud MORAIS FILHO, p. 31, 1983) é comumente encontrado na obra de Euclides, como verificamos nas passagens abaixo:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma **verdade positiva**, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta **desordem**... (CUNHA, 2000, p. 116, grifos meus).

O Purus é um enjeitado. Precisamos incorporá-lo ao nosso **progresso**, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa **expansão histórica**. (CUNHA, 2000, p. 144, grifos meus).

Sabemos que havia poucas escolas superiores na época de Euclides da Cunha, e que elas eram destinadas à engenharia, direito e medicina. Assim, a elaboração de uma concepção sociológica no Brasil se formou através dos conceitos do direito, das ciências naturais e exatas. O Positivismo de Comte se espalhou pelo país, principalmente, por meio da Escola Militar (Rio de Janeiro), a qual Euclides frequentou e se familiarizou com a concepção de que os ideais positivistas eram necessários para a busca de unidade e progresso para a sociedade.

Euclides da Cunha utilizou como base teórica para a escrita do nosso objeto de estudo a Sociologia e a Antropologia de seu tempo, ou seja, o final do século XIX e início do século XX. Trata-se de uma corrente de pensamento centrada, principalmente, nos conceitos deterministas e evolucionistas, bem como no positivismo de Auguste Comte. Percebemos no discurso euclidiano um cacoete etnocêntrico, que é típico do conceito evolucionista, uma vez que enxerga como inferior toda a sociedade que não segue os padrões da

sociedade europeia. Assim, conhecemos então a base teórica que Euclides estava filiado, bem como as condições de produção de sua obra, fatos estes que nos permitirão seguir com nossos estudos.

4 A História e a Análise de Discurso

Observando os escritos de Pêcheux (1997), a Análise de Discurso, ao interpelar e contestar a Linguística, acaba por se fundar enquanto saber científico. Ela posiciona a história como um dos aspectos fundamentais para o seu desenvolvimento bem como analisa o quanto a história determina o discurso dos sujeitos. Para a Análise de Discurso, os fenômenos históricos, sociais, políticos e ideológicos são parte integrante do discurso e modificam o seu sentido, pois o fator externo é determinante para o funcionamento da língua.

Segundo Orlandi (2015), a língua tem sua ordem própria, contudo é relativamente autônoma e a história tem o seu real afetado pelo simbólico, uma vez que os fatos reclamam

sentidos. Assim, o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. “Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia”. Desta forma, a história, quando vista de forma tradicional, volta-se para a política. Contudo, quando revisitada pela Análise de Discurso, passa a se interessar por todas as atividades humanas. A base filosófica dessa história (aos olhos da AD) é a ideia de que a realidade é social e culturalmente constituída. Dito isto, não há distinção entre o que é central e periférico na história.

Ainda em Orlandi (2015), ela afirma que, etimologicamente, a palavra discurso traz a noção de “curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”. Ele é efeito de sentido entre locutores. Esses efeitos de sentido devem ser pensados observando determinado acontecimento histórico em determinada época, pois dizer que a Terra é quadrada nos dias

atuais traz efeitos de sentido completamente distintos daqueles produzidos no século XVI.

Para Nunes (2007), na Análise de Discurso utilizamos o termo “historicidade”, que funciona de forma a deixar clara a posição do analista de discurso em relação à posição do historiador. Segundo o referido autor, para o historiador a história é vista como conteúdo e para o analista de discurso é concebida como efeito de sentidos, ela não é vista como se fosse um pano de fundo, um exterior independente, mas sim como constitutiva da produção de sentidos. “Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certitude” (NUNES, 2007).

Paul Henry (1994, p. 42) concebia a história como uma combinação de mecanismos e de processos por si mesmos a-históricos:

Nesse sentido a história não existe mais para nós senão de modo descritivo e estritamente empírico. Enquanto tal, ela é impensável. Não digo que devemos lamentar isso, dado que,

ideologicamente, as concepções gerais de história até aqui avançadas serviam a dar um semblante de legitimação e de necessidade, na medida em que elas implicavam ou que a história tivesse por si mesma um sentido definido e inelutável, ou que dependeria de nós que ela o tivesse.

Henry (1994, p. 51 e 52) acreditava que não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça uma interpretação e exija a descoberta de suas causas e consequências. Para ele a história consiste em “fazer sentido”, mesmo que em cada caso esse sentido possa despertar opiniões distintas.

A história, com certeza, é parte primordial para a compreensão do sentido dos enunciados, visto que cada acontecimento histórico gera um acontecimento discursivo, mesmo que o enunciado seja o mesmo. Para Pêcheux (1997), na Análise de Discurso, um acontecimento histórico é concebido como um evento, como um fato empírico fundacional que será discursivizado por diferentes posições de sujeito; no entanto, esse próprio acontecimento já é resultado de uma discursividade anterior. O acontecimento histórico é da

ordem da realidade (do que está posto); esta, por sua vez, já é resultado de uma construção discursiva, criada a partir do real; a realidade está para “uma verdade”, como elemento passível de observação.

Pêcheux (1997) entende que quando um acontecimento histórico estabelece uma ruptura capaz de gerar outra formação discursiva, se está diante de um acontecimento discursivo que rompe com a “estabilidade” anterior e inaugura uma outra “estabilidade” discursiva, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com as materialidades linguística e histórica. A ruptura, instaurada pelo acontecimento discursivo, é fundacional, no sentido de que instaura o “novo”; o acontecimento discursivo é consequência do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado, mas, por outro lado, um acontecimento só é considerado histórico quando o mesmo se torna discurso. Ele ainda observa que “o acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca

um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que ele convoca”.

Segundo Orlandi (2015), os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto, também fazer parte dele.

Ao falarmos, mesmo sem intenção, nos filiamos a várias redes de sentidos, uma vez que não sabemos por que somos afetados por determinados sentidos e não outros. Diz ainda que a nossa relação com os sentidos é determinada pelo acaso, pela história, pelo equívoco e pelo jogo da língua. Assim, a Análise de Discurso tenta entender não o sentido, mas essas relações, esse saber que não se ensina e nem se

aprende, mas que produz seus efeitos. Ela afirma também que o sentido não existe em si próprio, mas que está determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Estas palavras mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as usam e tiram seu sentido dessas posições, ou seja, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Orlandi (2015) diz que nós “trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato”. Que estamos sujeitos à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado. Os sentidos são sempre constituídos através da fala do outro que atravessa o discurso atual e se produzem sempre através de uma atualidade e uma memória: a heterogeneidade constitutiva do discurso. Desta forma, esse caráter heterogêneo insere o discurso na História: todos os discursos sempre retomam e dialogam com outros discursos já-ditos. Os sentidos acontecem por razão desse caráter histórico. A produção de

sentido se dá nesse jogo entre a repetição e os deslocamentos. O objeto passa a ser a relação entre intradiscurso e interdiscurso, para a compreensão das relações entre a estrutura e o acontecimento. Assim, todo discurso provém de um momento que já foi dito, que já foi visto, porém reconfigurado em outro momento.

Os conceitos de Análise de Discurso se baseiam na historicidade do sentido. A própria noção de sentido já traz uma historicidade. Para que o sentido de um enunciado seja compreendido, deve-se já ter tido acesso aos constituintes desse enunciado em um outro momento. Caso não tenha, não se efetivará a sua atribuição de sentido. O sujeito é histórico. A história, para a Análise de Discurso, não tem a ver com a cronologia, mas com sentidos retomados que já haviam sido esquecidos. Em outras palavras, a historicidade do sentido não tem a ver com o tempo cronológico.

5 O discurso jornalístico de Euclides da Cunha

Euclides da Cunha, empiricamente falando, além de autor da língua, foi também um jornalista, ao menos nos quesitos que definiam o exercício desta profissão em sua época, ou seja, o final do século XIX e início do século XX. Com 19 anos (1884), funda com colegas da escola Aquino o jornal *O Democrata*. Em 1887, começa a colaborar com a edição da *Revista da Família Acadêmica*. No ano seguinte colabora com a edição da série *A Pátria e a Dinastia*, no jornal *A Província de São Paulo*. Contudo, foi em 1897, como correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo*, que foi para o sertão da Bahia acompanhar a *Guerra de Canudos*, cujos relatos geraram o livro *Os Sertões*, sua obra mais célebre (fonte: www.euclidesdacunha.org.br).

A imprensa brasileira tem o seu início com a colonização portuguesa, principalmente, quando a Corte do Rei Dom João VI veio para o Brasil em 1808, fugindo de Napoleão Bonaparte. Este período ficou marcado pelo início da circulação de periódicos na colônia. Inicia-se assim uma nova era, onde a opinião pública passa a ser lida nos impressos

que circulavam na Corte. Esses impressos são conhecidos na história do jornalismo como *imprensa panfletária* e quem nela escrevia era conhecido como *jornalista panfletário*. Nesse período, a imprensa tinha a missão política e pedagógica de difundir ideias numa época de transformações (FLORES, 2011).

A partir de 1821, com a interrupção da censura prévia dos impressos, houve uma grande proliferação de periódicos, em especial no Rio de Janeiro. Muitos desses jornais não conseguiram se firmar, tendo publicado apenas algumas edições, mas foi nesse período do século XIX que mais se discutiu na imprensa a situação política do Brasil, tendo como tema principal a emancipação política de Portugal (FLORES, 2011).

Giovanna Gertrudes Benedetto Flores (2011, p. 44) considera o discurso jornalístico como um discurso pedagógico autoritário, uma vez que nele, o professor detém o saber, disponibilizando esse saber para os alunos por meio de estratégias que fazem parecer que o que ele diz é uma verdade

incontestável, tirando do aluno a chance de questionamentos. Afirma ainda que o jornalismo utiliza a atualidade, o gosto, o interesse do público, a veracidade e a facilidade como critérios de assimilação para considerar um determinado acontecimento como notícia. Segundo Giovanna Flores, esses critérios são assumidos pelos sujeitos-jornalistas como “verdades tácitas”, podendo ser somente aquelas, naquele momento. Essa notícia pode ser considerada ainda como um produto vendável que atende às necessidades e às exigências do mercado, que nesse caso é o público leitor, sensibilizando e chamando a atenção para a informação (FLORES, 2011, p. 45).

Giovanna Flores afirma ainda que este fato não significa que o jornalista tem interesse de recortar o sentido, mas que, ao contrário, “essas determinações ‘prévias’ são assimiladas e assumidas como ‘obviedades’ por todo os sujeitos (re)produtores desse discurso (autocensura). Dito de outra forma, os sujeitos-jornalistas ao escolherem determinadas fontes para a reportagem, o fazem a partir da

formação discursiva em que se encontram” (FLORES, 2011, p. 46).

Bethania Mariani (1998) diz que as “técnicas” de redação de notícias têm como objetivo construir o mito da informação jornalística, responsabilizando os próprios jornalistas “pelo relato mais ou menos fidedigno dos fatos, que resulta em um “poder dizer”, sem que se tenha controle disso. Ou seja, o discurso jornalístico atua no cotidiano, “definindo” quais os assuntos que interessam aos leitores, organizando direções de sentidos dessas leituras, sem que esse leitor perceba esse processo.

Ao tentar retratar o cotidiano, o discurso jornalístico se insere no inesperado, possível ou previsível, buscando fatos que já estão na memória do leitor. Desse modo, organiza filiações de sentidos possíveis para o acontecimento, tanto no presente como para o futuro. “Para tanto, os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, ‘dirigem’ para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e

consequências para os fatos ocorridos” (MARIANI, 1998, p. 60).

O discurso jornalístico, em sua diversidade e sua heterogeneidade interna, permite ao analista do discurso compreender a presentificação, a materialização do político, entendido como divisão dos sentidos socialmente produzidos, tomados em sua historicidade. Por isso uma das características do discurso jornalístico é atuar na institucionalização social de determinados sentidos, contribuindo na constituição do imaginário social. “Nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e consequências, enfim, ao se ‘desambiguar’ e ordenar a heterogeneidade do presente” (MARIANI, 2007, p. 215).

Sabemos que a historiografia teve um ganho considerável quando passou a utilizar os jornais como fonte de consulta, tratando a imprensa escrita como uma possibilidade de análise e ressignificação do passado e reconhecendo nela uma importante fonte documental. Isto, porque a imprensa

escrita enuncia discursos e expressões, tornando-se assim, agente histórico ao intervir nos processos e episódios.

Euclides, que é um autor literato, tem o seu discurso atravessado pelo discurso jornalístico, como podemos observar no recorte abaixo:

A propriedade mal distribuída, ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que só se limitam, de um lado, pela beirada dos rios, reduz-se economicamente nas mãos de um número restrito de possuidores. O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terra em que pisa longos anos – e exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões. A justiça é naturalmente serôdia e nula. (CUNHA, 2000, p. 114).

Como já foi dito anteriormente, para MARIANI (1998, p. 61 e 63), o discurso jornalístico tem como peculiaridade a submissão ao jogo das relações de poder, bem como uma adequação ao imaginário do homem ocidental de liberdade e de bons costumes. É efeito da literalidade provinda da ilusão da informatividade. Com intuito de transmitir informações,

apresenta dados, esquemas, desenhos, croquis, bem como uma infinidade de definições, explicações e questionamentos, focando acontecimentos singulares providas de generalizações, fazendo os leitores crerem que os fatos são tais como foram apresentados, utilizando uma linguagem objetiva. O discurso jornalístico tem como característica atuar na institucionalização social de sentidos, contribuindo na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. O recorte da obra de Euclides da Cunha que analisamos acima apresenta claramente o funcionamento deste discurso jornalístico no discurso do autor.

6 O discurso científico de Euclides da Cunha

No texto “A Natureza e os Dados – a constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo”, Eni Orlandi (1994, p. 49 e 50) afirma que durante o século XVI, os discursos predominantes na cena da cientificidade versavam

sobre a cultura, os costumes e a religião. Já no século XIX, esses discursos foram substituídos pelo inventário das espécies, isto é, os relatos dos viajantes e missionários deram lugar às descrições e às classificações da fauna, flora, língua, habitantes, raças, etc.; o que segundo Orlandi, trata-se de uma “laicização da retórica” que acaba por anunciar os traços do liberalismo e do positivismo, cujo discurso correspondente é o discurso dos naturalistas.

O discurso naturalista tem como características principais a descrição de aspectos naturais do solo, das plantas, dos animais, do relevo e dos tipos humanos (ORLANDI, 1994, p. 50). No caso do nosso objeto de estudo, há várias passagens/seqüências na obra de Euclides da Cunha em que o seu discurso é atravessado pelo discurso científico e ele é determinado por este discurso, que tem visibilidade no seu dizer e nas marcas do seu dizer naturalista, de modo que podemos encontrar várias descrições, como na materialidade discursiva que segue:

(...) Quem segue pela mata, vai com a vista embotada no verde-negro das folhas; e ao deparar, de instante em instante, os fetos arborescentes emparelhando na altura com as palmeiras, e as árvores de troncos retílineos e paupérrimos de flores, tem a sensação angustiosa de um recuo às mais remotas idades, como se rompesse os recessos de uma daquelas mudas florestas carboníferas desvendadas pela visão retrospectiva dos geólogos.” (CUNHA, 2000, p. 116).

Eni Orlandi (1994, p. 53) afirma também que a pesquisa de campo é um produto do discurso naturalista. Este método de observação é o que se instalou como prática científica no século XIX e é claramente encontrado no discurso de Euclides, onde o autor, além de efetuar suas próprias pesquisas de campo, como vimos nos recortes acima, cita os trabalhos de outros naturalistas, como o biólogo Alfred Russel Wallace (CUNHA, 2000, p. 115), os geógrafos Alexander Von Humboldt (CUNHA, 2000, p. 115) e Willian Morris Davis (CUNHA, 2000, p. 131), os exploradores Henry Walter Bates (CUNHA, 2000, p. 117 e 120) e Willian Chandless (CUNHA, 2000, p. 134), os antropólogos Karl Von Den Steiner (CUNHA, 2000, p. 144) e Carl Friedrich Philipp Von Martius (CUNHA, 2000, p. 343) e o botânico Jacques

Huber (CUNHA, 2000, p. 343), citações essas que transparecem no dizer do autor (posição função-autor) e que reforçam o caráter científico do seu discurso.

Euclides da Cunha é um autorⁱⁱⁱ da literatura brasileira, mas esse discurso de autor literato é comumente atravessado pelo discurso técnico-científico na sua obra, como se verifica no recorte abaixo:

As partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com as suas frotas de centenas de canoas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros, chegavam, intermitentemente, àqueles rincões solitários, e armavam rapidamente no antiplano das “barreiras” as tendas suntuosas da civilização em viagem. Regulavam as culturas; poliam as gentes; aformoseavam a terra. (Cunha, 2000, p. 224).

Notamos, nitidamente, esse atravessamento quando o autor transparece em seus textos/discursos, como no referido acima, conceitos como os do Evolucionismo Cultural – que tem a sua gênese no final do século XIX e é conhecido como a primeira corrente de pensamento da Antropologia. Esta teoria, muito influenciada pela obra “A Origem das Espécies”

de Charles Darwin, defende que as sociedades, assim como os organismos vivos, se desenvolvem passando por diferentes estágios evolutivos: selvageria, barbárie e civilização. Assim, haveria povos mais “evoluídos” ou mais “civilizados” do que outros (PIMENTEL, 2011, p. 95). Não há dúvidas de que o discurso de Euclides da Cunha é determinado por esta ideologia.

7 Nem cientista, nem jornalista, mas literato

Euclides da Cunha (1866-1909) nasceu no Rio de Janeiro em 20 de janeiro de 1866. Era filho de Manuel Rodrigues da Cunha Pimenta e Eudósia Alves Moreira da Cunha, ficando órfão de mãe aos três anos de idade. Tendo sua educação ficada responsável pelos tios e avós, ingressou na Escola Politécnica onde, aos 19 anos de idade, cursou um ano de Engenharia Civil. Posteriormente Matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, onde costumava escrever para a revista da escola, "A Família Acadêmica". Expulso da

Academia, por afrontar o Ministro da Guerra do Império, vai para São Paulo e em 1889 publica no jornal O Estado de São Paulo, uma série de artigos onde defendia ideais republicanos.

Após a Proclamação da República, Euclides da Cunha volta para o Rio de Janeiro e retorna ao Exército. Cursa de 1890 a 1892, a Escola Superior de Guerra, formando-se em Engenharia Militar e bacharelado-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Casa-se com Ana Sólón Ribero. Em 1893, vai para São Paulo trabalhar na Estrada de Ferro Central do Brasil. Foi chamado para servir à Diretoria de Obras Militares, na época da Revolta da Armada, que pretendia derrubar o governo de Floriano Peixoto.

Euclides da Cunha afasta-se do Exército, em 1896. Passa a trabalhar em São Paulo como superintendente de obras e volta a colaborar para o jornal O Estado de São Paulo. Em agosto de 1897, foi convidado pelo jornalista Júlio de Mesquita para testemunhar as operações do Exército na Guerra de Canudos, no sertão baiano. Suas mensagens eram

transmitidas por telégrafo, para o jornal paulista, permanecendo no local até outubro do mesmo ano.

Ao regressar de Canudos, vai para São José do Rio Pardo e escreve o livro "Os Sertões". A obra foi publicada em 1902, cinco anos depois do término da Guerra. Euclides relata não só o que presenciou na guerra, mas explica o fenômeno cientificamente. Em 1903 é aclamado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905, no papel de engenheiro, Euclides da Cunha realizou uma viagem à Amazônia a serviço do Itamarati, onde chefiou a Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus na demarcação da fronteira com o referido país vizinho. Um dos principais objetivos dessa expedição era o mapeamento hidrográfico das cabeceiras do rio Purus, para que futuramente pudesse ajudar na solução de problemas relacionados à fronteira entre os dois países. Aproveitando o ensejo, usou as

informações colhidas na expedição para escrever também vários textos sobre a realidade amazônica.

Vai para o Rio de Janeiro e presta concurso para a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, em 1909. No dia 15 de agosto do mesmo ano, por questões de honra, numa troca de tiros, com o amante de Ana Emília Ribeiro, o militar Dilermando de Assis, Euclides é assassinado.

Observando esses breves relatos sobre a vida de Euclides da Cunha, sua carreira militar, jornalística, acadêmica e científica^{iv}, podemos compreender os atravessamentos presentes em seu discurso. Contudo, são esses atravessamentos suficientes para classificarmos a escrita de suas obras como jornalísticas ou científicas? Sabemos que a presença do outro é constitutiva do processo criativo. Assim, o que nos interessa saber é: Como o outro se atravessa no processo criativo do discurso de Euclides da Cunha?

É salutar esclarecermos que não estamos falando de lugares sociais empiricamente dados, mas da posição-sujeito, no caso, a posição-sujeito de autor da língua, que é a partir de

onde podemos observar a constituição do discurso de Euclides da Cunha. Não estamos falando de um Euclides de modo empírico (do indivíduo), mas do sujeito que exerce a função-autor.

A teoria da Análise de Discurso, em seus conceitos de autoria, heterogeneidade discursiva, memória discursiva, formação discursiva, formações ideológicas e imaginárias, etc. (vistos no decorrer deste trabalho), nos possibilitará entender quem é esse literato (autor da língua) que estamos estudando, bem como os atravessamentos em seu discurso, mesmo sabendo que a Análise de Discurso não possui um modelo padrão aplicável e fixo para a análise de um discurso.

O discurso de Euclides da Cunha, típico homem do final do século XIX e início do século XX^v, é atravessado por essa exterioridade, pela heterogeneidade de vozes e é determinado pelas condições de produção e ideologia desse período.

Conforme Orlandi (1995), a alteridade é parte constitutiva do discurso, delimitando-o e regulando-o, já que

um discurso é atravessado por outros discursos, caracterizando-se, assim, pela heterogeneidade. Para a autora, a língua é constantemente invadida pela exterioridade a ponto dessa exterioridade ser constitutiva da linguagem, determinando historicamente a constituição dos sentidos: “o que vem pela história não pede licença, vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali” (ORLANDI, 2015, p. 30).

Já vimos em J. Authier algumas reflexões sobre a heterogeneidade, bem como o deslocamento, feito por Indursky (1992), da heterogeneidade do nível da enunciação para o nível do discurso, quando ela toma a enunciação como lugar privilegiado para examinar a materialidade discursiva a fim de relacionar o discurso com outros discursos determinantes, analisando a heterogeneidade na linha do discurso e nas relações entre o intradiscurso e o interdiscurso.

Indursky (1992) afirma que um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior

outros discursos. Assim, falar de heterogeneidade discursiva significa reconhecer o dialogismo de todos os discursos, mas inquirindo a unicidade de todos os dizeres.

Authier (1990), entende o discurso como produto do interdiscurso, partindo da premissa de que a fala é determinada de fora e que o dizer é afetado pela presença de outros discursos, ou seja, todos os discursos que configuram uma determinada cultura dialogam entre si, com os discursos que os antecederam, com os discursos atuais e com os futuros discursos.

Authier (2004), como vimos no início deste trabalho, fala de dois tipos de heterogeneidade: a **constitutiva**, que admite que não há discurso, nem sujeito que não sejam heterogêneos e a **mostrada**, cujas formas asseguram a ilusão de centramento necessária à manutenção de um discurso e à instância imaginária do sujeito.

Desta forma, lembrando os estudos de Authier sobre a heterogeneidade mostrada, que acusam a presença do outro, localizamos nosso objeto de estudo, ou seja, os

atravessamentos jornalísticos e científicos dentro do discurso de Euclides da Cunha. Percebemos no autor o costume de recorrer ao discurso relatado ou discurso reportado na forma de discurso direto, no qual palavras do outro são recortadas e citadas, como podemos observar nos recortes abaixo:

Completamos estas informações com as seguintes prestadas pelo Sr. Dr. Tomás Catunda, médico da Comissão Brasileira:

O bom êxito da nossa expedição ao Purus, sob o ponto de vista sanitário, é prova de que aquela região é perfeitamente habitável, bastando para isso a observância de regras muito comezinhas de higiene tropical. – Nem outra coisa fizemos nós, não tendo entretanto a Comissão, composta de 42 pessoas, a partir da Boca do Acre, nenhuma perda de vida a lamentar. E parte dela, de abril a outubro, viajou constantemente rio acima e rio abaixo. (CUNHA, 2000, p. 271).

Acreditamos que, por ter sido homem da ciência e, também, por já ter trabalhado em diversas oportunidades como jornalista, Euclides da Cunha, inconscientemente, tem necessidade de demonstrar conhecimento científico em seus

textos, bem como a preservação de elementos jornalísticos, como crédito e procedência do que foi citado.

Sabemos que Euclides da Cunha, que era visto como um homem de letras, viveu em um espaço historicamente indistinto, principalmente em se falando de literatura. Trata-se de um período (final do século XIX e início do século XX) em que a ciência, o jornalismo e a literatura não se distinguem claramente.

Então, homem de seu tempo^{vi}, heterogêneo na sua constituição, com seu discurso atravessado pelos discursos jornalísticos e científicos, Euclides da Cunha recorreu frequentemente a saberes de outros campos do conhecimento, apropriando-se de outros discursos, de outros saberes. Sabemos que essa forma de proceder é um movimento inconsciente do autor e, principalmente, determinado sócio-histórica e ideologicamente.

Dessa maneira, observando o discurso do autor, podemos localizá-lo, também, na noção de heterogeneidade constitutiva, apontada por Authier (apud GALLO, 2001, p. 2),

que afirma que a heterogeneidade constitutiva é da ordem do inconsciente e “todo sujeito esquece daquilo que determina os sentidos do seu dizer”.

Evidenciamos aqui, que o que nos interessa no discurso do autor são os processos de produção desse discurso, pois se trata de processo constitutivamente heterogêneo (sabendo que o produto originário desse processo é ilusoriamente homogêneo), pois, após apropriar-se do discurso do outro, Euclides da Cunha mostra-se como se tivesse um discurso homogêneo, apagando os indícios de sua exterioridade e o discurso passa a ter um sentido, aparentemente, distante da origem.

Observando estes processos, Indursky (1992) afirma que, para a Análise de Discurso, o que é relevante é a organização interna dos elementos provenientes do exterior para que produzam o efeito de homogeneidade. Segundo ela, o sujeito reúne e organiza os elementos externos e, na medida em que eles são inscritos no intradiscurso, apaga-se a sua genealogia. O efeito de homogeneidade é, pois, produto da

ilusão de que tudo o que devia ser dito foi dito, configurando um espaço discursivo simbolicamente fechado, acabado e completo.

Por fim, encerrando os apontamentos acerca dos atravessamentos no discurso de Euclides da Cunha (autor da língua), salientamos que todos os discursos são constituídos por uma rede entrelaçada de diferentes vozes que produzem determinados efeitos de sentido. Assim, a heterogeneidade é condição de possibilidade para que a prática discursiva se constitua enquanto manifestação de certas formações ideológicas e imaginárias, ambas abraçadas pelas condições de produção do discurso, no caso o final do século XIX e início do século XX.

Considerações finais

Fazendo uma analogia entre a nossa longa viagem pelo Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais com a aventura, de cerca de um ano, que Euclides da Cunha realizou

pelos rios amazônicos, percebemos que a nossa viagem pelo mestrado, em certo porto, nos fez adentrar na embarcação da Análise de Discurso, o que, para nós, também foi uma grande aventura, com seus altos e baixos, como os banzeiros de um rio.

Navegando pela Análise de Discurso, através dos seus princípios fundamentais e quadro teórico conceitual, pudemos nos aproximar da compreensão do discurso de Euclides da Cunha. Para isso, tentamos contemplar as noções trabalhadas por ela, respeitando sua complexidade e enormidade de noções que constantemente se atualizam, se reinventam e se transformam

Com essa bagagem teórica nos ombros, passamos a questionar e a tentar responder as questões do nosso trabalho, como se fôssemos um guia turístico para o nosso leitor, buscando da forma mais didática possível o estudo do nosso problema, tentando levar os passageiros que nos acompanham nesta embarcação à compreensão do sujeito Euclides da Cunha e dos atravessamentos presentes em seu discurso.

No decorrer da viagem, apresentamos este sujeito, as condições de produção da sua obra (a sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX), as correntes teóricas a que estava filiado (Positivismo, Naturalismo, etc.), o seu imaginário acerca da floresta exuberante que visitou, a sua visão sobre o outro que aqui encontrou (o autor também no papel do outro falando sobre a Amazônia), bem como os atravessamentos jornalísticos e científicos presentes no seu discurso.

No final, reconhecemos que não foi uma tarefa simples. No nosso papel de guia turístico, procuramos explicitar o funcionamento discursivo do processo criativo do autor e dos mecanismos de produção de sentidos, buscando revelar a heterogeneidade do seu discurso, bem como as outras vozes presentes nele, dentre elas a do jornalista, a do cientista e a do Estado. Constatamos que o processo de criação da obra de Euclides da Cunha é, na verdade, um processo produtivo, pois ele não é livre para criar (salientando que o processo criativo está tomado pela ilusão de liberdade), uma vez que o sujeito é

determinado pela formação discursiva em que está inscrito, ou como disse Althusser (1992, p. 54), “toda formação social é resultado de um modo de produção dominante, podemos dizer que o processo de produção aciona forças produtivas existentes em e sob relações de produção definidas”, ou seja, para existir, deve, ao mesmo tempo que produz, reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Luiza, FADEL, Tatiana e PONTARA, Marcela Nogueira. **PORTUGÊS LÍNGUA E LITERATURA**. Editora Moderna, 2003.
- ALENCAR, Chico et alii. **HISTÓRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA**. Ao Livro Técnico. RJ, 1996.
- ALTHUSSER, Louis. **APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro-RJ, Edições Graal, 6ª Edição, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **HETEROGENEIDADE(S) ENUNCIATIVA(S)**. tradução de Celane Cruz e João Geraldi. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, 1990.

_____. **ENTRE A TRANSPARÊNCIA E A OPACIDADE: UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO SENTIDO**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CITELI, Maria Tereza. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2001.

COMTE, Augusto. **CURSO DE FILOSOFIA POSITIVA**. São Paulo, editora Abril Cultural, 1978.

CUNHA, Euclides da. **UM PARAÍSO PERDIDO: ENSAIOS AMAZÔNICOS**. Coleção Brasil 500 Anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

DE SOUZA, Marquessuel Dantas. **A FILOSOFIA NA ANTROPOGEOGRAFIA DE FRIEDRICH RATZEL**. Caderno de Geografia, v.24, n.42, 2014.

FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto. **OS SENTIDOS DE NAÇÃO, LIBERDADE E INDEPENDÊNCIA NA IMPRENSA BRASILEIRA (1821-1822) E A FUNDAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO BRASILEIRO**. Campinas-SP, 2011.

GALLO, Solange Leda. **AUTORIA: QUESTÃO ENUNCIATIVA OU DISCURSIVA?** Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 01, n. 02, 2001.

HENRY, Paul. **A HISTÓRIA NÃO EXISTE?** In ORLANDI, E. (Org.). Gestos de Leitura – da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

INDURSKY, Freda. **A FALA DOS QUARTÉIS E AS OUTRAS VOZES**. Editora da UNICAMP, 1992.

JOHNSON, Richard et al. **O QUE É, AFINAL, ESTUDOS CULTURAIS?** Autêntica Editora, 2006.

LEWONTIN, Richard C. **Biologia como ideologia: a doutrina do DNA**. Tradução de F.A. Moura Duarte, Francine Muniz e José Tadeu de Sales. Ribeirão Preto: FUNPEC-RP, 2000.

MARIANI, Bethania. **O PCB E A IMPRENSA: OS COMUNISTAS NO IMAGINÁRIO DOS JORNAIS (1922-1989)**. Editora Revan, Campinas-SP, 1998.

MARX, KARL. **DAS KAPITAL**, 1006, citado por Luciana Lima Martins. A natureza da paisagem em Friedrich Ratzel. In: V Congresso Brasileiro de Geógrafos, 1994. Curitiba. Resumos. Curitiba, 1994.

MORAIS FILHO, Evaristo de. **AUGUSTO COMTE**. Sociologia. Rio de Janeiro, editora Ática, 1983.

NUNES, José Horta. **LEITURA DE ARQUIVO: HISTORICIDADE E COMPREENSÃO**. In: M. C. L. Ferreira, F. Indursky (orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A NATUREZA E OS DADOS**. Caderno de estudos lingüísticos, Campinas-SP, 1994.

_____. **DISCURSO, IMAGINÁRIO SOCIAL E CONHECIMENTO**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

_____. **OS EFEITOS DO VERBAL SOBRE O NÃO-VERBAL**. Revista Rua, Campinas-SP, 1: 35-47, 1995.

_____. **ANÁLISE DE DISCURSO: PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS**. 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas-SP, 2015.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1982.

PÊCHEUX, Michel. **A PROPÓSITO DA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO**. IN: GADET, FRANÇOISE; HAK, TONY (ORGS.). **POR UMA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PIMENTEL, Renata. **DO EVOLUCIONISMO BIOLÓGICO AO EVOLUCIONISMO CULTURAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL**. Revista Encontros de Vista, 2011.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. **A HISTÓRIA CIENTÍFICA DO SÉCULO XIX.** In. A história da história. Ed. Universidade Católica de Goiás, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O ESPETÁCULO DAS RAÇAS: CIENTISTAS, INSTITUIÇÕES E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL – 1870 A 1930.** Ed.: Companhia das Letras. São Paulo, 1993.

NOTAS

ⁱ Para Eni Orlandi, texto é entendido como uma unidade de sentido em relação à situação discursiva, ou seja, como em seu funcionamento ele produz sentido. Trata-se de uma unidade de análise que está determinada pelas condições de produção. Assim, quando pensamos um determinado texto em seu funcionamento, estamos pensando nele em relação à sua exterioridade (ORLANDI, 2006, p. 16). Já o discurso, é visto por Orlandi como uma dispersão de textos, um efeito dos sentidos entre os interlocutores e algo dinâmico, como já foi dito antes. “O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática” (ORLANDI, 2001, p. 63 e ORLANDI, 2015, p. 68 e 69).

ⁱⁱ O difusionismo é o que permite Evans-Pritchard, já na década de 50, distinguir a Etnologia e a Antropologia Social de perspectiva britânica. Para a primeira – a Etnologia – ainda haveria o problema do passado como objeto de estudo; ao passo que para a segunda, o passado estaria ausente

como escopo analítico, pois esta se preocuparia com sociedades coetâneas. Este tipo de sociedade ‘primitiva’ seria o objeto de estudo da antropologia diferentemente das sociedades ‘complexas’ que seriam, por definição no momento, tarefa da sociologia analisar. Isto do ponto de vista do método genético de análise das formas sociais, este que se estabeleceria na Inglaterra a partir da influência da sociologia durkheimiana francesa à época de Evans- Pritchard no paradigma estrutural-funcionalista. Na definição do autor: “A Etnologia ocupa-se de classificar os povos em função das suas características raciais ou culturais, para depois explicar, baseada no movimento e mistura de povos e na difusão de culturas, a sua distribuição no presente e no passado. [...] O objeto da Antropologia Social é bastante diferente. Como demonstrarei em seguida, estuda o comportamento social, geralmente em formas institucionalizadas, como a família, sistemas religiosos, e assim por diante, além das relações entre tais instituições; estuda-se em sociedades ou naquelas comunidades históricas sobre as quais existe uma informação adequada para a realização de tais investigações.” (Evans-Pritchard, 1950, p. 50).

ⁱⁱⁱ Neste trabalho estamos considerando que Euclides da Cunha fala da posição de autor, de literato: autor da língua – não deixando também de observar os atravessamentos (científico, jornalístico, etc.) presentes em seu discurso.

^{iv} Informações essas que tivemos como fonte o site na internet da Academia Brasileira de Letras - www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/biografia

^v Em Análise de Discurso, falamos em forma-sujeito. Tendo Althusser como referência, a Análise de Discurso aborda a forma-sujeito como uma “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ORLANDI, 2006, p. 18).

^{vi} Um sujeito das letras. A conjuntura histórica em que Euclides da Cunha viveu e a forma como a sociedade estava organizada/estruturada determinava as posições das quais os sujeitos falavam e se constituíam. É

“EUCLIDES DA CUNHA: NEM CIENTISTA, NEM JORNALISTA, MAS LITERATO (AUTOR DA LÍNGUA),

PEDRO PEDROZA CARDOSO

por esta via que estamos compreendendo o sujeito Euclides da Cunha, da posição de autor da língua, em relação à constituição heterogênea do seu dizer.

Recebido em: 27/07/2017.

Aprovado em: 23/08/2017.

Publicado em: 28/08/2017.